

Ministro Humberto Costa quer ampliar acesso aos medicamentos

O aumento da produção dos laboratórios oficiais de medicamentos para o tratamento de doenças crônicas foi apontada pelo Ministro da Saúde, Humberto Costa, como uma das alternativas para ampliar o acesso da população aos medicamentos. Costa está empenhado na ampliação e defende que, além da regulação do mercado, o Sistema Único de Saúde forneça mais remédios, especialmente aqueles produzidos pelos laboratórios públicos. O Ministro participou, no dia 24 de fevereiro, em Recife, de um encontro com representantes dos 17 laboratórios oficiais existentes, no Brasil, para discutir com uma nova política de produção de medicamentos para o SUS.

Atualmente, o Ministério da Saúde gasta com esses remédios, que são de alto custo, cerca de R\$ 500 milhões. Os recursos são repassados aos estados e municípios para a aquisição dos produtos. "A produção desonerará bastante o SUS", previu o Ministro da Saúde.

A pedido do Ministério da Saúde, os laboratórios oficiais criaram um grupo de trabalho, que deverá discutir ações para o crescimento da fabricação de medicamentos, a integração dos laboratórios (para evitar superposições e ociosidade da capacidade instalada), o aporte de mais recursos para ampliar a produção e a criação de linhas de

financiamento para as áreas mais importantes. Este ano, estão previstos R\$ 40 milhões do orçamento federal da Saúde para o setor.

Na avaliação do Ministro da Saúde, a nova política de medicamentos deverá estabelecer uma atuação complementar dos laboratórios oficiais e privados em benefício da população. No entanto, Humberto Costa assegurou que "quando houver interesse público, a política deverá favorecer a competição e a redução de preços dos medicamentos".

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os laboratórios oficiais são responsáveis por cerca de 17% das unidades de medicamentos vendidos. Estima-se que o mercado farmacêutico brasileiro movimente de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões, por ano. Desse total, o SUS é responsável por 10% a 12% do volume das compras.

Em 2002, o Ministério da Saúde investiu R\$ 3 bilhões na aquisição de medicamentos. Desse total, R\$ 997,17 milhões foram gastos com remédios de programas estratégicos (Aids, tuberculose, hanseníase, malária, esquistossomose, tracoma, leishmaniose, meningite, cólera, filariose, diabetes e hemofilia), R\$ 332,79



Ministro da Saúde, Humberto Costa

milhões com remédios essenciais (antibióticos, analgésicos, antitérmicos, anti-hipertensivos e outros) e R\$ 489,53 milhões com medicamentos excepcionais (para tratamento de doenças crônicas e de alto custo). O restante, R\$ 1,18 bilhão, destinou-se à compra de fármacos de uso hospitalar.

Estavam presentes representantes dos seguintes laboratórios: Funed/MG (Fundação Ezequiel Dias), Furp/SP (Fundação para o Remédio Popular), Lafepe/PE (Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco), Lifal/AL (Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas), Lafesc/SC (Laboratório Farmacêutico do Estado de Santa Catarina), Laqfa/RJ (Laboratório Quími-

FOTO: Gervásio Baptista (Agência Brasil)

co Farmacêutico da Aeronáutica), LFM/RJ (Laboratório Farmacêutico da Marinha), LOFE/RJ (Laboratório Químico Farmacêutico do Exército), Lafergs/RS (Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul), Iquego/GO (Indústria Química do Estado de Goiás), IVB/RJ (Instituto Vital Brasil SA); Far-Manguinhos/

RJ (Instituto de Tecnologia de Fármacos), LPM/PR (Laboratório de Produção de Medicamentos do Paraná), Lepemc/PR (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos do Paraná), Nuclam/RN (Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos do Rio Grande do Norte), Lifesa/PB (Labora-

tório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba SA), LTF/PB (Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Paraíba).

A Agência Saúde, do MS, dispõe de maiores informações sobre o assunto, através dos telefones (61)315-2005/315-2784, fax (61)225-7338 ou do e-mail imprensa@saude.gov.br

Presidente do CFF defende parceria com farmácias privadas



Dr. Jaldo de Souza Santos

A reunião do dia 24 de fevereiro, em Recife, foi a segunda que o Ministério da Saúde promoveu para discutir a nova política de medicamentos. No dia 19 de fevereiro, foi realizado, em Brasília, o Simpósio sobre Assistência Farmacêutica. Nesse evento, além dos laboratórios oficiais, a indústria privada, os comerciantes e os farmacêuticos começaram a discutir a melhoria do acesso à assistência farmacêutica básica.

Na reunião, Humberto Costa reiterou o desejo do Governo de pôr em prática o programa Farmácia Popular, embora reconhecesse que o mesmo envolveria recursos pesados, num momento em que o Governo está fazendo cortes profundos nos seus gastos. O Ministro pediu alternativas aos participantes do evento. A tônica desse programa é a criação, nas cidades, pelo Ministério da Saúde, de farmácias onde o órgão distribuiria gratuitamente à população carente os produtos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos). A Rename é uma lista de medicamentos

(em torno de 400 itens), criada pelo próprio Ministério, e que são capazes de combater as doenças mais prevalentes e comuns.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, alertou o Ministro para as desvantagens de o Governo implantar o Farmácia Popular nos moldes pretendidos. "São gastos estratosféricos", disse Souza Santos. Para ele, o Governo deveria utilizar a vasta rede de farmácias privadas já existente e que conta com aproximadamente 55 mil estabelecimentos espalhados por todo o País. "Esta rede forma uma capilaridade espetacular e, através dela, o Governo distribuiria os medicamentos do programa Farmácia Popular, sem gastar o que gastaria com o Farmácia Popular", sugeriu.

Dentro de sua proposta, Jaldo de Souza Santos restringiu a distribuição dos medicamentos do programa do Ministério da Saúde apenas às farmácias onde o farmacêutico esteja presente. "Não se pode pensar em distribuição de medicamento sem os serviços farmacêuticos", insistiu o Presidente do Conselho. Ele voltará a se reunir com o Ministro Humberto Costa, a quem apresentará um projeto de intensificação da atenção farmacêutica, no Brasil. Ele dirá ao Ministro que o Brasil dispõe de farmacêutico, em quantidade e qualidade suficientes para prestar uma assistência de alto nível.